

Imprensa: veículo do bem e do mal na concepção dos documentos oficiais da Igreja Católica (séc. XIX-XX)

 Andressa Paula*

Resumo: Este artigo analisa o posicionamento da Igreja Católica quanto a utilização da imprensa e a prática da leitura presentes em documentos papais e em cartas pastorais dos bispos brasileiros ao longo do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Em vista do desenvolvimento das técnicas de impressão e do crescimento do número de publicações de livros e periódicos, a instituição religiosa se posicionou como detentora do direito e dever de tutelar as escolhas de leitura dos seus fiéis. Esses documentos buscaram definir que a imprensa era um veículo do bem quando utilizado pela Igreja, e do mal quando utilizado contra ela, e classificaram as publicações em duas categorias a "boa imprensa" e a "má imprensa".

Palavras-chave: Igreja Católica, Encíclicas, Cartas Pastorais, Imprensa, Leitura.

Press: vehicle of good and evil in the concept of the official documents of the Catholic Church (XIX-XX century)

Abstract: This article analyzes the position of the Catholic Church regarding the use of the press and the practice of reading present in papal documents and pastoral letters of Brazilian bishops throughout the nineteenth century and in the early decades of the twentieth century. In view of the development of printing techniques and the growth of the number of publications of books and periodicals, the religious institution has positioned itself as holder of the right and duty to protect the reading choices of its faithfuls. These documents sought to define that the press was a vehicle of good when used by the Church, and of the evil when used against it, and classified the publications into two categories as "good press" and "bad press."

Keywords: Catholic Church, Encyclicals, Pastoral Letters, Press, Reading.

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. E-mail: andressapaulah@gmail.com



Introdução

Em função da criação das técnicas de informação e comunicação ao longo dos anos, a Igreja se viu em constante tensão entre a repulsa e a fascinação sobre a sua utilização. Quanto a essa questão “Veremos sucessivamente que a Igreja não somente as acolheu, assim como o conjunto das técnicas, mas também apropriou-se delas” (Lagrée, 2002: 353).

No século XIX, a liberdade da imprensa em expressar quaisquer concepções era condenada, ainda mais se os impressos possuísem reflexões que afrontassem os dogmas católicos ou que fossem considerados moralmente inaceitáveis. A Igreja, que desde o Concílio de Trento (1545-1563) havia instalado o *Index* – índice de leituras condenadas e proibidas, presenciava no século XIX o aparecimento de um sem-número de livros e folhetos, que dificultavam o controle sobre o que era produzido.

A instituição religiosa manteve ao longo da sua trajetória um discurso pautado na necessidade de controle da escrita e da leitura. Como indicam Chartier e Hébrard (1995) “A questão da escrita e dos seus usos está no centro dos distúrbios culturais e religiosos provocados pelas Reformas” (Chartier; Hébrard, 1995: 21). Desde a Reforma Protestante, no século XVI, impulsionado pelo advento da imprensa, a Igreja investiu na restrição sobre o que era escrito e o que os católicos liam.

Os meios para essa tutela e os motivos dessa necessidade foram apresentados em documentos oficiais, intensificados em meados do século XIX, motivados pelo início do progresso da alfabetização e o desenvolvimento da imprensa de propaganda republicana e socialista, que possuíam um discurso anticlerical e de laicização do Estado (Chartier; Hébrard, 1995). Os papas Pio IX e Leão XIII foram as principais vozes que deram destaque a essa questão no período.

Em sua primeira encíclica, datada de 9 de novembro de 1846, Pio IX dedicou grande atenção a um tema que seria retomado em diversos momentos do seu longo pontificado: o decaimento moral e religioso das sociedades decorrente da “liberdade abusiva de tudo pensar, de tudo dizer e de tudo

imprimir". Condenadas pelo *Syllabus*, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa continuaram ocupando um lugar privilegiado nas reflexões de Leão XIII que consagrou mais de quarenta documentos à análise desses "problemas". Recuperando propostas que já haviam sido enunciadas por Pio IX, Leão XIII enfatizou a necessidade dos leigos se mobilizarem na "organização de sociedades dedicadas à publicação e difusão da boa imprensa" que se encarregariam de combater a ação deletéria da imprensa anticlerical (Almeida, 2016: 332).

As encíclicas e outros documentos papais se configuram como espaços oficializados pela instituição religiosa de comunicação entre os estratos da hierarquia eclesiástica e seus fiéis e apresentaram os caminhos para a ofensiva a partir da imprensa e influenciaram a publicação de periódicos alinhados a uma missão recristianizadora pelo mundo¹.

De acordo com Lara (2008), documentos são produzidos com objetivos específicos referentes a sua contemporaneidade e quando transformados em fontes de pesquisa, tem alterado a sua finalidade. Os documentos textuais não existem para registrar a história, todavia, tornam-se fontes de informação histórica ao serem utilizados pelos pesquisadores, processo que a autora designa como "inventar suas fontes" (Lara, 2008: 18).

Documentos oficiais da Igreja Católica como estatutos, relatórios finais de conferências, encíclicas, cartas pastorais, entre outros, podem suscitar diversos questionamentos "[...] desde a postura da instituição sobre um determinado assunto, até o caráter normativo imposto aos fiéis" (Andrade, 2013: 15).

A partir desses apontamentos e da concepção de que a "transformação dos textos em fontes depende do que os historiadores querem saber sobre o passado" (Lara, 2008: 18), propomos nesse artigo a realização de um breve levantamento e análise preliminar de documentos papais e cartas pastorais de bispos brasileiros entre o período do século XIX e as décadas iniciais do

¹ As obras *Os bispos do Brasil e a imprensa* (1983) de Oscar de Figueiredo Lustosa e *Do santo ofício à libertação* (1988) de Ismar de Oliveira Soares exemplificam a busca dos pesquisadores em sistematizar o conjunto desses escritos produzidos pelos papas e bispos brasileiros e foram utilizados nesse artigo como referência.

século XX, a partir de um assunto específico, o posicionamento dessas vozes oficiais quanto a utilização da imprensa e a prática da leitura pelos católicos².

Os documentos pontífices e as orientações sobre a leitura e a imprensa

O discurso da Igreja Católica sobre a leitura repousava na argumentação de que o estrito controle da escrita não era apenas um direito, mas o seu dever. A responsabilidade de escolher entre as publicações o que poderia ser lido pelos católicos, era do clero, constituído por eruditos que, por sua formação e pelo convívio mais direto com os dogmas religiosos, estavam aptos a guiar a leitura dos leigos, pois não se contaminavam com as más doutrinas, ou se deixavam levar pelos métodos e persuasão retóricas empregados nesses escritos (Chartier; Hébrard, 1995).

Chartier e Hébrard (1995) ao analisarem os discursos produzidos pela Igreja Católica sobre a leitura entre 1880 a 1980, principalmente a partir do cenário francês, observam que a preocupação esteve primeiramente ligada a circulação de concepções contrárias ao catolicismo e a moralidade cristã em livros.

O tema é frequente nos sermões das missões e capítulo obrigatório nas inumeráveis “instruções cristãs” impressas para os que vivem no mundo secular e para os alunos dos colégios. É bastante simples: muitos livros – a maior parte – são livros maus, porque contradizem os dogmas ou porque contrariam os bons costumes. Portanto, a leitura é sempre uma prática perigosa e, ao ler sem tomar certas precauções, os cristãos põem em perigo sua salvação. Entregues ao prazer cultural e social de partilhar o texto impresso, não percebem a estranha força da escrita (Fabre, 1985, p. 182-206) e acreditam poder escapar às armadilhas da sua argumentação e aos artifícios das suas figuras; pensam poder dissociar o prazer da leitura da influência do texto lido (Chartier; Hébrard, 1995: 21).

² Esse levantamento foi realizado inicialmente para a pesquisa de mestrado que resultou na dissertação *A revista A Cruzada e a "boa imprensa" católica no Paraná (1926-1931)* defendida na Universidade Estadual de Maringá em 2018.

Com o desenvolvimento das técnicas de impressão³ os jornais e as revistas, de fácil acesso e mais baratos em relação aos livros, passaram a figurar como objetos de denúncias da Igreja (Chartier; Hébrard, 1995).

O início do século XIX foi marcado pela entronização do Papa Pio VII (p. 1800-1823)⁴ que em sua primeira encíclica *Diu satis* além de se apresentar para a missão que assumira e de ressaltar o respeito pela trajetória do pontífice anterior, também alertou sobre a circulação de livros que se opunham a doutrina cristã e a necessidade dos fiéis rejeitarem tais leituras e de impedir que outros os lessem. O alerta para os que não seguiam a censura era enfático: "Aqueles que não se mostram tão obedientes, certamente não podem ser contados entre as ovelhas de Cristo" (Pio VII, 1800: 5)⁵.

A leitura e a imprensa foram temas retornados brevemente também nos documentos *Quum memoranda* (1809) e *Magno et acerbo* (1816), e de forma mais categórica na bula *Ecclesiam a Jesu* (1821) na qual foi condenada a sociedade secreta *Carbonari*, surgida na Itália e presente também em outras localidades, e que era marcada pelo anticlericalismo. Com a finalidade de cessar sua expansão o Papa proibiu a leitura de qualquer livro por ela escrito ou que defendesse essa sociedade:

Finalmente, para eliminar mais efetivamente qualquer perigo de erro, condenamos e proscrevemos todos os chamados catecismos e livros dos *Carbonari*, onde eles descrevem o que é costumeiro fazer em suas reuniões; da mesma forma seus estatutos, seus códigos e todos os livros escritos em sua defesa, tanto impressos como manuscritos. Proibimos todos os fiéis, sob a mesma pena de excomunhão, como acima, ou lendo ou mantendo qualquer um deles; e ordenamos que esses livros sejam entregues sem exceção aos Ordinários locais ou outros que tenham o direito de recebê-los (Pio VII, 1821: 4).

³ Na transição do século XIX para o XX a composição manual, presente ainda nos pequenos jornais, passou a ser substituída pela composição mecânica e as máquinas de impressão rotativas, que reduziram os custos e agilizaram a produção de periódicos ligados a grupos mais estruturados financeiramente. Além disso, a construção de estradas de ferro, o surgimento da fotografia e do telégrafo alteraram consideravelmente o sistema de transmissão de notícias e a distribuição de informações (Sodré, 2001).

⁴ A letra "p" entre parênteses refere-se a palavra pontificado e é seguido pelo período de exercício de cada papa citado ao longo do artigo.

⁵ Os documentos papais utilizados nesse artigo foram consultados no site oficial A Santa Sé. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 09/07/2020.

Nos breves papados de Leão XII (p. 1823-1829) e Pio VIII (p. 1829-1930) o combate aos chamados livros perniciosos foi assunto retomado em alguns escritos⁶. O que se destaca é a breve *Fructus Quos* (1827) na qual Leão XII comemorou e atribuiu uma benção apostólica a Sociedade Católica de Bons Livros, criada na França para incentivar a escrita de obras de conteúdos considerados benéficos para a formação dos indivíduos.

O papa seguinte Gregório XVI (p. 1831-1846) na encíclica *Mirari Vos* (1832) dedicada a combater os principais erros de seu tempo, destinou alguns parágrafos para discutir a “monstruosidade da liberdade da imprensa” (Gregório XVI, 1832: s/p). O pontífice retornava nesse documento o posicionamento de seus antecessores e de concílios realizados que se voltaram ao combate da circulação de livros e impressos detentores de más doutrinas.

Devemos tratar também neste lugar da liberdade de imprensa, nunca condenada suficientemente, se por ela se entende o direito de trazer-se à baila toda espécie de escritos, liberdade que é por muitos desejada e promovida. Horroriza-nos, Veneráveis Irmãos, o considerar que doutrinas monstruosas, diga melhor, que um sem-número de erros nos assediam, disseminando-se por todas as partes, em inumeráveis livros, folhetos e artigos que, se insignificantes pela sua extensão, não o são certamente pela malícia que encerram, e de todos eles provém a maldição que com profundo pesar vemos espalhar-se por toda a terra (Gregório XVI, 1832: s/p).

A censura e a proibição da impressão de determinados livros eram frequentes em seus documentos⁷, além do alerta sobre a leitura e a interpretação considerada vulgar das escrituras sagradas da Bíblia⁸. Outro

⁶ Outros registros de Leão XII que citam brevemente a temática são: *Ubi primum* (1824), *Etsi iam Diu* (1824), *Quo graviora* (1825), *Exultabat spiritus* (1825), *Charitate Christi* (1825) e *Pastoris aeterni* (1826). Identificamos apenas a encíclica *Traditi humilitati* (1829) de Pio VIII sobre o assunto.

⁷ Os documentos *Quo graviora* (1833), *Commissum divinitus* (1835), *Sextus iam* (1836), *Probe nostis* (1840), *Afflictas in Hispania* (1841) e *Cum maxima* (1844) condenavam brevemente e de forma geral a circulação de livros contrários à doutrina católica. Enquanto os documentos *Litteras accepimus* (1833), *Melchitarum catholicorum* (1835), *Dum acerbissimas* (1835), *Inter maximas* (1843), *Ubi novam* (1843) e *Inter praecipuas machinationes* (1844) apresentavam uma censura mais direta quanto a leitura e a impressão de determinados títulos.

⁸ Na encíclica *Inter praecipuas machinationes* (1844) Gregório XVI condenava a tradução da Bíblia em língua vulgar e sua leitura sem guias, ou seja, a leitura individual ou até mesmo coletiva, mas que não era guiada pela interpretação de um clérigo.

importante fato retratado nos seus escritos foi o embate entre a Santa Sé e o padre francês Hugles Félicité Robert de Lamannais, que teve seu jornal *L'Avenir* e outras obras desaprovadas por possuírem ideais liberais como a separação entre Igreja e Estado e a liberdade de opinião⁹.

Pio IX (p. 1846-1878) assumiu as expressões condenatórias¹⁰ de seu antecessor, além de iniciar um esboço da proposta de contra ataque por meio de impressos, como observamos nas encíclicas *Inter multiplices* (1853) e *Incredibili afflictamur* (1863) ao indicarem que escritores católicos deviam defender a fé que professavam por meio da palavra impressa.

Segundo Soares (1988), Pio IX “Exortou, pela primeira vez, de forma oficial, os bispos para que respondessem aos revolucionários com armas iguais, isto é, com livros, escritos por homens de confiança, sob supervisão da hierarquia” (Soares, 1988: 58). Durante seu papado foram criados dois importantes impressos italianos em defesa a Igreja, a revista *La Civiltà Cattolica* (1850) e o jornal *L'Osservatore Romano* (1861).

Os documentos *Quanta Cura* e *Syllabus* (1864) também apontaram importantes questões tratadas pela Igreja no período, neles são destacados o problema da propagação de livros, folhetos e periódicos ligados as mais diversas linhas de pensamento que proliferaram no século XIX, como o liberalismo, o anarquismo e o comunismo. Durante seu papado também foi realizado o Concílio Vaticano I (1869-1870) no qual foram discutidos questões sobre a fé e a moral, além de proclamar o primado e a infalibilidade papal (Klauck, 2009).

⁹ Na encíclica *Mirari Vos* (1832) as concepções liberais defendidas por Lamannais foram condenadas sem que ele fosse citado diretamente. Já em *Litteras accepimus* (1833), *Quod de tua* (1833), *Superabundavimus* (1833), *Editam nuper* (1833) e *Singulari nos* (1834) o embate foi direto e nominal, e resultaram na sua excomunhão.

¹⁰ Presentes em *Non semel* (1848), *Quibus, quantisque* (1849), *Exultavit cor nostrum* (1851), *Neminem vestrum* (1854), *Cum nuper* (1858), *Maximo animi* (1859), *Multis gravibusque* (1860), *Tuas libenter* (1863), *Ubi urbaniano* (1864), *Respicientes ea* (1870) entre outras.

Apesar dos primeiros indicativos de Pio IX, os efeitos práticos da contraofensiva da Igreja nos meios de comunicação foram concretizados apenas no papado de Leão XIII (p. 1878-1903).

Serão ações de caráter prático, com capacidade de interferir diretamente na sociedade, amparado em um rigoroso programa de controle, condenação e contra-ataque da imprensa, que a partir desse momento, para a Igreja, passa a ser considerada imprensa má ou ímpia (Klauck, 2009: 45-46).

Apesar de anteriormente presente no discurso católico, a denúncia à circulação de más doutrinas na imprensa, foi no pontificado de Leão XIII que foram definidas as caracterizações do que ficou conhecido como “má imprensa” e “boa imprensa” (Soares, 1988; Klauck, 2009).

O assunto foi apresentado em diversos momentos pelo pontífice¹¹, como na encíclica *Etsi nos* (1882), dirigida aos bispos italianos e que abordava a movimentação da “má imprensa” no país.

Aqueles que, com um ódio mortal, discordam da Igreja, tendem a se manifestar por meio de publicações e a usá-los como as armas melhor adaptadas para infligir injúrias. Daí um dilúvio muito mau de livros, de diários turbulentos e perversos cujos ataques maléficos nem as leis servem para refrear, nem modéstia para restringir. Qualquer que seja, nestes últimos anos, tem sido feito por sedição e multidões, que eles afirmam ter sido legalmente feito; eles dissimulam ou corrompem a verdade; perseguem a Igreja e o Sumo Pontífice com maldições diárias e falsas acusações; tampouco há opiniões tão absurdas e pestíferas que não estejam ansiosas para disseminá-las em todos os lugares (Leão XIII, 1882: 4-5).

Frente a essa imprensa, a estratégia indicada era que os escritos anticlericais deviam ser opostos por escritos católicos. A arma utilizada contra a Igreja devia, portanto, tornar-se espaço de defesa. Quanto ao assunto, o Papa prosseguia, “[...] a mesma arte que pode destruir, possa, por sua vez, ser aplicada à salvação e benefício da humanidade, e os remédios sejam

¹¹ Leão XIII redigiu diversas encíclicas destinadas aos arcebispos e bispos de países específicos e que mencionavam a necessidade do desenvolvimento da imprensa católica. Tais indicativos estão presentes em *Cum multa* (1882) destinada a Espanha, na *Nobilíssima gallorum gens* (1884) a França, na *Pergrata* (1886) a Portugal, na *In ipso* (1891) a Áustria, na *Custodi di quella Fede* (1892) a Itália, na *Constanti Hungarorum* (1893) a Hungria, na *Inter graves* (1894) ao Peru, na *Longinqua* (1895) aos Estados Unidos, na *Affari vos* (1897) ao Canadá e *Paternae* (1899) ao Brasil.

fornecidos a partir dessa fonte de onde venenos malignos são obtidos” (Leão XIII, 1882: 5).

Em outra ocasião, na encíclica *Libertas* (1888), Leão XIII novamente acusava a liberdade de tudo imprimir e destacava que nem todas as opiniões eram válidas de serem impressas:

O direito é uma faculdade moral, e, como dissemos e como se não pode deixar de repetir, seria absurdo crer que esta faculdade cabe naturalmente, e sem distinção nem discernimento, à verdade e à mentira, ao bem e ao mal (Leão XIII, 1888 *apud* Klauck, 2009: 46).

Desta forma, a liberdade de expressão seria um direito moral para a divulgação do bem e das verdades religiosas, mas não poderia ser um direito estendido para a disseminação das “mentiras e dos males presentes nas concepções modernas” que atacavam o catolicismo: “concedei a todos a liberdade de falar e escrever, e nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável” (Leão XIII, 1888 *apud* Klauck, 2009: 46).

Na constituição apostólica *Officiorum ac munerum* (1897), o Pontífice revisou os livros proibidos e reafirmou a condenação dos títulos considerados hereges, obscenos ou que atentassem contra a Igreja e seus dogmas. O capítulo VIII destinado ao assunto salientava que:

Os jornais, folhas e libretos periódicos que deliberadamente combatem a religião ou a boa moral, são proibidos não apenas pela lei natural, mas também pelo clérigo. Eles aguardam os Ordinários, quando necessário, para advertir adequadamente os fiéis do perigo e dano dessas leituras. Nenhum católico, especialmente se ele é uma pessoa eclesiástica, publica qualquer coisa em tais diários ou folhas periódicas ou cadernetas, a menos que uma razão justa e razoável seja requerida (Leão XIII, 1897: 6).

Para Leão XIII, não bastava proibir ou instruir sobre a prática da leitura, para além do esclarecimento, devia-se utilizar a “boa imprensa” como arma de combate a “má imprensa”. No discurso papal, a imprensa potencial arma de destruição moral da sociedade, nas mãos da Igreja Católica era sacralizada e utilizada para a edificação religiosa dos leitores. Considerados um dos erros da modernidade, os periódicos tornavam-se uma nova forma de apostolado,

ao contrapor as mentiras e os ataques recebidos por meio de jornais e revistas ímpios, com o esclarecimento e a defesa da religião com títulos católicos.

Convocado por Leão XIII, ocorreu em 1889, o Concílio Plenário Latino Americano com o intuito de unificar o pensamento do bispado. A reunião foi mais um espaço de discussão sobre o papel da imprensa no reordenamento da Igreja Católica latina. Em vista do insuficiente número do clero e das especificidades da organização da Igreja nesse território, a ata final do Concílio propôs a participação dos leigos na escrita dos periódicos católicos (Klauck, 2009).

Este Concílio Plenário exorta veementemente aos eclesiásticos e seculares que tenham dons necessários, e antes de tudo uma piedade e uma fé a toda prova, para que, cada qual na sua esfera, escreva nos periódicos católicos, defendam e vindiquem as doutrinas e direitos da Igreja, ponham em claro os inumeráveis enganos dos ímpios, e refutem a aterradora multidão de erros. Estes escritores, por mais que se declarem católicos e querem ser tidos como tais, é necessário que sejam em todo e em tudo obedientes a Igreja, e acatem, por conseguinte, a autoridade de seus bispos, sigam de boa vontade seus conselhos, escutem com humildade suas admoestações, e se alguma vez se julgar que há algo a corrigir em seus escritos, o corrijam com docilidade filial. Se cumprirem tudo isto como é devido, serão beneméritos da causa católica e, receberão sem dúvida da parte de Deus, copiosa recompensa (Concílio Plenário, 1889 *apud* Klauck, 2009: 55-56).

A atuação dos leigos na imprensa era condicionada às concepções ultramontanas de obediência a hierarquia eclesiástica. Enquanto o Papa dirigia aos arcebispos e bispos as diretrizes sobre a necessidade de combate a “má imprensa” e de criação da “boa imprensa”, esses por sua vez orientavam a implementação desse projeto em seus países. Além disso, eram os responsáveis por supervisionar o trabalho do laicato nas redações dos jornais e revistas, e incentivar que os leitores tornassem assíduos assinantes e propagadores.

Os pontífices posteriores continuaram a desenvolver as concepções apresentadas por Leão XIII, ao proibir o contato com más leituras, incentivar

a criação de periódicos e associações da “boa imprensa” e indicar a participação do laicato como decisiva para seu progresso.

O Papa Pio X (p. 1903-1914), reafirmou a validade das disposições da constituição apostólica *Officiorum ac munerum* (1897) em suas encíclicas *Pieni L’Animo* (1906) e *Pascendi dominici gregis* (1907)¹². Ao acusar a propagação de doutrinas modernistas por “pseudo” filósofos, historiadores, teólogos, crentes e reformadores, alertava aos bispos para supervisionarem as publicações ligadas a Igreja para que nada fosse publicado em sentido ambíguo ou que abrisse margem para a discussão dos princípios cristãos.

Sempre que for possível tenham os jornais e periódicos publicados pelos católicos um determinado Censor. Será este obrigado à revisão de todas as folhas ou fascículos já impressos; e se encontrar alguma coisa perigosa, fará corrigi-la quanto antes (Pio X, 1907: 36).

Durante seu pontificado ficou estabelecido que cada diocese deveria criar um departamento de censura para leitura prévia de escritos destinados à publicação. Na liberação do bispo para a impressão de livros devia constar o *Imprimatur*, em caso de proibição o *Nihil Obstat* com o nome do censor. Para os periódicos a censura era posterior a publicação e os revisores podiam exigir a retificação e correção dos erros identificados (Soares, 1988: 66).

O papado de Bento XV (p. 1914-1922) ocorreu em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917), fatos que influenciaram na construção de seus pronunciamentos. Em *Ad beatissimi apostolorum* (1914) destacou que argumentos contra o socialismo e doutrinas similares deveriam ser expostos em “associações e congressos católicos, em sermões e na imprensa católica” (Bento XV, 1914: 5). Nesse momento a circulação de periódicos católicos era uma realidade em vários países e havia se tornado lugar de combate aos inimigos identificados pela Igreja.

¹² Além dessas encíclicas os documentos *Fin dalla prima* (1903), *Il fermo proposito* (1905), *Praeantia scripturae* (1907), *Haerent animo* (1908), *Communium rerum* (1909) também dedicaram espaço a discussão.

Já em 1917, em *Alloquentes proxime*, o Papa determinou que “A tarefa até então peculiar à Sagrada Congregação do Índice, a de exercer censura em livros e outros escritos, passará a ser de responsabilidade do Santo Ofício” (Bento XV, 1917: 1). Essa alteração de responsabilidade pela censura de escritos deixa evidente que a instituição religiosa possuía uma organização para executar esse trabalho.

Na encíclica *Pacem dei munus pulcherrimum* (1920), apontava os jornalistas como personagens centrais na restauração cristã da paz no mundo pós-guerra.

Os escritores, publicitários e jornalistas católicos "que, como eleitos de Deus, santos e amados, procurem revestir-se de misericórdia e bondade" busquem refletir essa benignidade em seus escritos. Pelo o qual, devem abster-se não só de toda falsa acusação, mas também de toda intemperança e calúnia nas palavras, porque esta intemperança não é apenas contrária à lei de Cristo, mas também pode abrir as cicatrizes não cicatrizadas, especialmente quando os espíritos exacerbados por feridas ainda recentes, têm uma grande sensibilidade para os menores insultos (Bento XV, 1920: 4).

O último papado que realizamos levantamento de escritos sobre os usos da imprensa e a prática da leitura foi o de Pio XI (p. 1922-1939). Atento aos interesses da Igreja Católica, o Papa conseguiu firmar com Benito Mussolini o Tratado de Latrão (1929) que deu soberania ao território do Vaticano. O silêncio em relação à política italiana conferiu ao Pontífice a acusação de ser conivente com o fascismo. Por outro lado, o comunismo era assunto frequente em seus escritos¹³, que denunciavam a expansão de seus ideais por meio da imprensa. Porém, o “remédio para esse mal” vinha do mesmo meio, a utilização da imprensa católica para contrapor e recristianizar os locais que haviam sido afetados por pensamentos anticlericais, como alertado na encíclica *Divinis redemptoris* (1937):

Grandemente pode contribuir para esta renovação a imprensa católica, que pode e deve, de modo variado e atraente, procurar dar a conhecer cada vez melhor a doutrina social,

¹³ O assunto esteve presente nas encíclicas *Ubi arcano dei consilio* (1922), *Rerum omnium perturbationem* (1923), *Iniquis afflictisque* (1926), *Casti connubii* (1930), *Nova Impendet* (1931), *Caritate Christi compulsi* (1932), *Acerba animi* (1932), *Vigilanti cura* (1936) entre outros.

informar com exatidão, mas também com a devida amplidão, acerca da atividade dos inimigos, referir os meios de combate que se mostraram os mais eficazes em diversas regiões, propor ideias úteis e gritar alerta contra as astúcias e enganos com que os comunistas procuram, e com resultado, atrair a si até homens de boa-fé (Pio XI, 1937: 20).

Os encaminhamentos indicados nos documentos papais ressoaram no Brasil na escrita de cartas pastorais dedicadas a instruir o clero e a população sobre as concepções da Igreja sobre a imprensa e o direcionamento quanto ao seu uso. Entre 1898 a 1944 foram publicadas onze cartas pastorais¹⁴ de bispos dos mais diversos locais do país sobre o tema (Soares, 1988).

De Roma para o Brasil: concepções sobre a imprensa nas cartas pastorais dos bispos brasileiros

Como destacam Chartier e Hébrard, “[...] cada discurso tem origem em um lugar e modula seus temas em função de seus destinatários e adversários” (Chartier; Hébrard, 1995: 15). Desta forma, os documentos papais que de modo geral apresentam as diretrizes propostas para a ação da Igreja em todo seu território de influência, e em algumas ocasiões dirigidas a um país ou região específica, teve seu discurso modulado à realidade local na escrita de cartas pastorais pelos bispos. Esses escritos do clero nacional, portanto, buscaram aplicar os encaminhamentos de Roma na realidade das suas dioceses. Sobre cartas pastorais Reis (2011) destaca que o:

[...] próprio nome do documento, “Carta Pastoral” ou “Letras Apostólicas”, nos remete aos livros canônicos do Novo Testamento, às cartas de São Paulo, de S. Pedro e de outros Apóstolos de Cristo, mas pretende mostrar o sentido e a autoridade das mesmas. Quando o bispo (pastor), utilizando-se de suas prerrogativas de Sacerdote, Profeta e Rei, fala aos seus fiéis diocesanos, ele compartilha da mesma autoridade dos primeiros apóstolos. Entende-se assim, por que em suas Pastorais alguns bispos chegavam a copiar trechos inteiros de Pastorais de outros bispos. Afinal uma Carta Pastoral não pretende ser, senão, a voz de Deus que comunica aos homens a Verdade (Reis, 2011: 8).

¹⁴ O trabalho de busca pelos originais dessas cartas pastorais foi realizado pelo pesquisador Pe. Jamil N. Abib do Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB). A primeira publicação foi realizada no livro *Os bispos do Brasil e a imprensa* em 1983 (Soares, 1988).

Com o advento da república no Brasil, em 1889, e as novas configurações impostas às religiões, as cartas pastorais se tornaram espaço de divulgação dos caminhos que a Igreja Católica seguiria para buscar a manutenção do monopólio religioso do país.

O primeiro pronunciamento oficial da Igreja, ainda em 1890, aconteceu no encontro da Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, convocada pelo bispo do Pará Dom Antonio Macedo da Costa, realizada na cidade de São Paulo. Precedendo a promulgação da constituição, os bispos discutiram a separação entre Igreja e Estado, o decreto de liberdade de todos os cultos e os encaminhamentos propostos para a atuação no novo cenário (Moura; Almeida, 1990).

O documento final dessa Pastoral Coletiva não questionou o término do padroado, pois a autonomia de controle dos meios de organização da Igreja Católica era vista como um ponto positivo, mas questionou o fim da intitulação de religião oficial do país, apontado como uma degradação, já que a maioria da população professava o catolicismo (Moura; Almeida, 1990).

Dentre os direcionamentos propostos o documento alertava para a necessidade de empenho dos clérigos e leigos, na construção de uma imprensa católica mais estruturada, que fosse capaz de combater a imprensa anticlerical, bem como as publicações relacionadas a outras denominações religiosas, como o protestantismo e o espiritismo (Gonçalves, 2008).

Há, porém, uma forma de que quiséramos ver-vos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja: quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia (Pastoral, 1890 *apud* Gonçalves, 2008: 65).

Apesar da presença de impressos católicos no país desde a década de 1830, foi no final do século XIX que o incentivo oficial por meio de documentos impulsionou um *boom* na criação de jornais e revistas em todos os estados do Brasil, e que no século XX assumiu caráter estruturado com a formação de associações e centros dedicados ao projeto editorial católico.

As cartas pastorais, que geralmente eram lançadas em apoio a um periódico local, possuíam diversos pontos em comum, com a variação da forma de exposição e o destaque dado a certas questões. Dentre seus objetivos estava o de apontar a utilidade da imprensa católica, as funções que deviam exercer e distinguir a “má” e a “boa imprensa” (Caes, 2002).

A primeira carta publicada especificamente quanto ao tema teria sido a *Em favor da imprensa católica* do bispo de Curitiba Dom José de Camargo Barros, em 1898. O documento refletia o entusiasmo e os prognósticos positivos quanto à eficácia do projeto no estado do Paraná, com o lançamento do periódico *A Estrella* naquele ano. Almejava um futuro promissor, tal como o do jornal *La Croix*, de Paris que, de publicação pequena com limitado número de páginas, havia se tornado uma empresa consolidada com tipografia própria e um milhão de assinaturas (Soares, 1988). Além disso, o jornal atenderia a necessidade de propagação do catolicismo no estado como enfatizava o Bispo:

A imprensa. Ela vai contar até as extremidades da terra os grandes fatos da religião, leva por toda a parte os ecos das brilhantes vitórias da fé e das importantes conversões, descreve a majestade, a riqueza, a magnificência das catedrais, faz ouvir os acentos da palavra eloquente dos ministros da Igreja, já nos púlpitos, já nos congressos científicos, já nos comícios populares, registra as prodigiosas descobertas e as belas produções literárias dos filhos da Igreja, sacerdotes ou leigos (Barros, 1898 *apud* Soares, 1988: 199).

A encíclica *Paternae* (1899), de Leão XIII aos bispos do Brasil, alimentou os projetos em andamento e deu novas forças para o investimento na “boa imprensa” no país. O Papa frisava que era necessário que os clérigos empregassem esforços na publicação de jornais católicos, uma vez que “no momento atual as pessoas formam suas opiniões e extraem suas diretrizes morais de nenhuma outra fonte além da leitura diária, desses jornais” (Leão, 1899: 2).

As indicações de Leão XIII para os bispos do Brasil resultaram na criação de diversos periódicos diocesanos e de congregações religiosas, e também estiveram presentes nas seguintes cartas pastorais: *Os abusos e os males da*

imprensa (1902), de Dom Eduardo Duarte Silva da Diocese de Sant'Anna de Goiás; *Sobre a imprensa* (1913), de Dom Francisco de Campos Barreto da Diocese de Pelotas; *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), de Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques da Diocese da Paraíba; *A imprensa católica e sua orientação* (1918), de Dom Otávio Chagas de Miranda da Diocese de Pouso Alegre; *A imprensa católica* (1921), de Dom Santino Maria da Silva Coutinho da Diocese de Belém; *Da boa imprensa* (1923) e *Sobre a imprensa* (1924), de Dom Manoel Nunes Coelho da Diocese de Luz do Aterrado; *Pio XI e a divisa do jornalista* (1939), de Dom Francisco de Aquino Correia da Diocese de Cuiabá e *Sobre a imprensa diocesana* (1944) de Dom Felipe Conduru Pacheco da Diocese de Ilhéus (Soares, 1988).

Essas cartas pastorais se caracterizavam por apresentar discursos semelhantes, nos quais ora alertavam sobre a proibição da leitura da "má imprensa", ora incentivavam o clero e os leigos a contribuírem para o desenvolvimento da "boa imprensa". Por isso, nosso objetivo não foi se estender pela análise de todas essas publicações, mas sim em destacar os principais pontos que constituíam a mensagem veiculada por elas.

O tom otimista da primeira carta pastoral não foi acompanhado por todos os documentos seguintes. Em *Os abusos e os males da imprensa* (1902), redigida em apoio ao jornal *Correio Católico* mantido por dominicanos na cidade de Uberaba, Dom Duarte Silva expressava um olhar pessimista em relação à circulação da imprensa secular (Soares, 1988).

Esses jornais em religião são ateus, em moral sensualistas e epicúreos, em política demagogos, em economia socialistas e anarquistas, e em tudo isto alguns há tão hipócritas e tão voltairianos, que vão propinando o veneno dos maus princípios senão lenta e paulatinamente e com tantos visos de verdade e de ciência, que têm feito a sociedade atual tanto decair moralmente, que hoje não existem mais convicções sinceras e sim apenas uma profunda indiferença para tudo o que não é interesse material e gozo sensual (Silva, 1902 *apud* Caes, 2002: 161-162).

Outro ponto recorrente nas cartas era destacar que a "má imprensa", caracterizada como detentora de todas as doutrinas combatidas pela Igreja, só poderia resultar em consequências nefastas para a sociedade. Os

resultados da leitura de tais jornais são descritos na carta *Sobre a imprensa* (1913) de Dom Francisco de Campos Barreto:

Os filhos já não obedecem aos pais, os operários vivem em revoltas contra os patrões, e o povo, sempre explorado e vítima de maus conselheiros, já não respeita nem as autoridades legitimamente constituídas [...]. Toda essa inversão de papéis, vendo que aqueles, que antes obedeciam, com verdadeira consciência de que, cuidando dos interesses sociais, praticavam um ato de virtude, agora pretendem mandar a toda força, ameaçando o equilíbrio da família e da sociedade e apavorando a todos com as surpresas de um futuro tétrico (Barreto, 1913 *apud* Caes, 2002: 162).

Em todos os documentos a solução para esse cenário era a contraofensiva católica na imprensa. Em *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, anunciava que “A cruzada moderna não é já como a da meia-idade, mas doutra espécie: é o apostolado da imprensa” (Henriques, 1918 *apud* Caes, 2002, p. 163). A carta também requeria os esforços de todos os católicos para a consolidação do projeto, que na Diocese da Paraíba era representado pelo semanário *A Imprensa*. Por isso, aos leigos era indicado que, além da assinatura dos periódicos, os empenhos também fossem voltados para a campanha de propaganda e arrecadação de auxílio financeiro para que o projeto obtivesse sucesso (Soares, 1988; Caes, 2002).

Quermesses, tómbolas, leilões de prendas, representações dramáticas, e entretenimentos vários, comissões de senhoras e senhorinhas, vendas de flores, conferências literárias, recitativos, tudo, em suma, que as circunstâncias locais o permitirem, serão as indústrias de que lançareis mão para favorecer a causa de todas a mais digna e que na hora presente reclama todo o nosso zelo, toda a nossa dedicação, todas as energias de nossa boa vontade – a imprensa católica (Henriques, 1918 *apud* Caes, 2002: 164).

Ao denunciar a chamada “má imprensa”, exaltar a necessidade de criação da “boa imprensa” e apontar a participação dos leigos na propagação como decisiva as cartas pastorais dos bispos brasileiros traziam as palavras dos papas para a realidade de suas dioceses, o que fomentou a construção da imprensa católica no Brasil.

Considerações Finais

Como realça Lagrée (2002), a Igreja Católica que se posiciona enquanto meio de comunicação entre Deus e os homens e se diz voltada para a transmissão da mensagem religiosa como missão, apresenta a Bíblia como o livro sagrado no qual estão reunidos a maioria das verdades religiosas. Contudo, com o desenvolvimento dos meios de impressão a Igreja reconheceu outro espaço passível de ser utilizado na cristianização da sociedade; clero e leigos podiam alertar por meio de periódicos os perigos contemporâneos, além de formar o leitor a partir da doutrina do catolicismo.

Para denunciar a imprensa anticlerical e incentivar a criação de uma imprensa católica, diversos documentos foram escritos por papas e bispos ao longo do século XIX e início do XX. O objetivo do presente artigo foi realizar um levantamento preliminar dos escritos que trataram sobre a circulação da imprensa e a prática da leitura, com a intenção de auxiliar pesquisadores e estudos sobre a temática com um panorama dos documentos disponíveis.

Se atualmente a presença da Igreja Católica nos meios de comunicação extrapolou as páginas dos periódicos e se faz marcante no rádio, televisão e internet, podemos dizer que tal feito teve seu desenvolvimento a partir do século XIX. Com o papado de Leão XIII, a denúncia a imprensa, passou também a ser espaço de uma proposta de contra-ataque. A concepção dicotômica de uma imprensa "má" e outra "boa" influenciaram a escrita de cartas pastorais no Brasil que auxiliaram a estruturação da imprensa católica no país.

Referências bibliográficas

Fontes

A SANTA SÉ. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 24/06/2020.

BENTO XV. Ad beatissimi apostolorum. *A Santa Sé*. 1914. Disponível: http://w2.vatican.va/content/benedict-v/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_01111914_ad-beatissimi-apostolorum.pdf Acesso em 09/07/2020.

_____. *Alloquentes proxime. A Santa Sé.* 1917. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/motu_proprio/documents/hf_ben-xv_motu-proprio_19170325_alloquentes-proxime.pdf Acesso em: 07/07/2020.

_____. *Pacem dei munus pulcherrimum. A Santa Sé.* 1920. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xv/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_23051920_pacem-dei-munus-pulcherrimum.pdf Acesso em: 07/07/2020.

GREGÓRIO XVI. *Mirari vos. Montfort Associação Cultural.* 1832. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/mirarivos/#> Acesso em: 01/07/2020.

LEÃO XII. *Fructus quos. A Santa Sé.* 1827. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xii/it/documents/breve-fructus-quos-2-ottobre-1827.pdf> Acesso em: 01/07/2020.

LEÃO XIII. *Etsi Nos. A Santa Sé.* 1882. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-nos.pdf Acesso em: 01/07/2020.

_____. *Officiorum ac munerum. A Santa Sé.* 1897. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/apost_constitutions/documents/hf_l-xiii_apc_18970125_officiorum-ac-munerum.pdf Acesso em: 09/07/2020.

_____. *Paternae. A Santa Sé.* 1899. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae.pdf Acesso em: 05/07/2020.

PIO VII. *Diu satis. A Santa Sé.* 1800. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-vii/it/documents/enciclica-diu-satis-15-maggio-1800.pdf> Acesso em: 01/07/2020.

_____. *Ecclesiam a Jesu. A Santa Sé.* 1821. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-vii/it/documents/bolla-ecclesiam-a-jesu-13-settembre-1821.pdf> Acesso em: 01/07/2020.

PIO X. *Pascendi dominici gregis. A Santa Sé.* 1907. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.pdf Acesso em: 09/07/2020.

PIO XI. *Divinis redemptoris. A Santa Sé.* 1937. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.pdf Acesso em: 09/07/2020.

Bibliografia

ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História*, São Paulo, n. 174, p. 327-359, jan./jun. 2016.

ANDRADE, Solange Ramos de. História das religiões e das religiosidades: uma breve introdução. In: ALBUQUERQUE, Eduardo (org.). *(Re) conhecendo o sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013, p. 9-27.

CAES, André Luiz. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura (1880-1980)*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da "boa imprensa": a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 64-84, jan./jun. 2008.

KLAUCK, Samuel. *O apostolado da imprensa: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a benção de Prometeu*. Bauru: EDUSC, 2002.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 322-342.

REIS, Edilberto Cavalcante. Visitas e cartas pastorais: a construção de um projeto eclesial. *Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades*. Maringá, v. 3, n. 9, p. 1-12, jan. 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Do santo ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e a da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.